



Investigação Jornalística: Do Papel do Repórter ao Jornalismo Sem Fins Lucrativos¹

Daniel Dantas LEMOS²
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Este artigo se preocupa em analisar o processo histórico que faz emergir o chamado jornalismo investigativo até um de seus formatos contemporâneos conhecido como jornalismo sem fins lucrativos. Partimos da visão do repórter como arquétipo do jornalista heróico - uma relativa novidade na história da imprensa. Segundo Lage (2011, p. 9), “a reportagem como atividade não existiu ou era irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da imprensa”. Esse processo evolui para um momento histórico em que a presença da cibercultura e o surgimento de formas de sociabilidade típicas da Internet interferem nos processos comunicacionais da sociedade. É nesse contexto que o jornalismo investigativo contemporâneo se manifesta na forma do chamado jornalismo sem fins lucrativos em blogs, sites, agências e projetos autônomos.

Palavras-chave

Jornalismo; Jornalismo Investigativo; Jornalismo Sem Fins Lucrativos; Blogs; Cibercultura.

Introdução

A imagem do repórter é mítica na conformação profissional do jornalismo - mas não apenas ali, como também no ambiente social. Ao pensar no jornalista em seu ofício como repórter não raramente nos lembraremos da figura de heróis, como Clark Kent, repórter do Daily Planet, inesquecível identidade secreta do maior de todos os super-heróis, o Superman; ou Peter Parker, alter-ego do Homem-Aranha, um repórter fotográfico perseguido pelo chefe J.J. Jameson.

Frequentemente a imagem e a aura heróica pairam sobre os jornalistas. E histórias como as que envolvem denúncias e escândalos - talvez o mais famoso dos quais seja o Watergate - servem somente a reforçar tais representações sociais.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

² Professor adjunto do curso de jornalismo da UFC. Bacharel em comunicação social, habilitação em jornalismo pela UFRN; mestre e doutor em estudos da linguagem pela UFRN. danieldantas79@uol.com.br.



O repórter é visto como arquétipo do jornalista heróico. No entanto, mesmo sendo a imagem idealizada do jornalismo, a função de repórter é novidade na história da imprensa. Segundo Lage (2011, p. 9), “a reportagem como atividade não existiu ou era irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da imprensa”.

O papel do jornalista como repórter emerge de um processo histórico. Além disso, esse processo no qual se compõem as práticas investigativas do jornalismo - ao ponto de se constituir uma sua disciplina particular, o jornalismo investigativo - evolui para um momento histórico em que a presença da cibercultura e o surgimento de formas de sociabilidade intensas como as relações intersubjetivas virtuais promovidas nas redes sociais de Internet interferem de maneira única nos processos comunicacionais da sociedade.

É nesse contexto que o jornalismo investigativo contemporâneo se manifesta na forma do chamado jornalismo sem fins lucrativos em blogs, sites, agências e projetos autônomos (com relação à imprensa convencional) e que buscam financiamentos independentes. É, afinal, esta reflexão, que apresentamos neste artigo: como o repórter mítico se traveste, hoje, como ousado agente de comunicação na Internet.

A natureza do espaço público

O jornalismo, desde suas origens modernas, é um dos conformadores do espaço público das sociedades ocidentais - como o diz Sodré (2002), tradicionalmente marcado pela política e pela imprensa escrita, que agora interagem com o espaço virtual e hipermidiático da Internet, onde se movimentam e interagem novos sujeitos sociais.

A imprensa escrita sempre esteve no cerne desse espaço público, seja como imprensa de opinião da burguesia moderna, ou ainda no seu formato comercial surgido nas democracias parlamentares dos séculos XVIII e XIX, como mídia de massas estabelecida sobre o marketing e o espetáculo do século XX ou, mais recentemente, na forma de comunicação generalizada constitutiva de relações intersubjetivas na Internet que têm assumido uma primazia progressiva.

Esse modelo que gradativamente assume a primazia dos processos comunicacionais contemporâneos foi classificado como relações intersubjetivas virtuais em nossa dissertação de mestrado (DANTAS, 2006). Ele evolui rapidamente e



atualmente expõe a presença midiática da imprensa a novos processos emergidos desde as redes sociais virtuais na Internet - objeto de novas análises e discussões e sobre o que discorreremos brevemente adiante, ainda neste trabalho.

Por hora, lembramos o que Coelho & Lemos (não publicado) abordam. Os autores destacam afirmação de Deleuze e Gattari (1995: p. 16-17, apud COELHO & LEMOS, não publicado), que dizem que “os jornais, as notícias procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc”. Desse modo, se perguntam se é possível comparar “o agenciamento da palavra de ordem dos grupos que fazem uso das mídias sociais para se manifestarem e exigirem uma nova ordem mundial e as narrativas da mídia corporativa tradicional?” Enquanto os agentes das manifestações comunicacionais e políticas nas redes sociais de Internet - e suas expressões corpóreas no mundo offline - atuam na “micropolítica de fronteiras”, a mídia chamada convencional ou de massas “tende a estimular o receptor-consumidor usando um teatro de máscaras para fazer a macropolítica dos grandes conjuntos, mesmo que a comunicação de ambos se desenvolva no agenciamento das ideias” (COELHO & LEMOS, não publicado).

A prática jornalística nesse campo midiático contemporâneo pode degradingolar para uma reprodução pura e simples dos modelos convencionais - notadamente ligados a estruturas de poder e discursivas de manutenção social. O artigo de Coelho & Lemos (não publicado) dá exemplos disso na cobertura dos eventos conhecidos como Primavera Árabe (2010-2011) assim como, mais detidamente, na cobertura de blogs jornalísticos sobre grandes manifestações de rua ocorridas na cidade de Natal nos anos de 2011 e 2012 - batizadas de Fora Mícarla³ e Revolta do Busão⁴.

No entanto, por outro lado, os mesmos elementos sócio-culturais possibilitados por essa nova conformação das relações intersubjetivas virtuais são capazes de rejuvenescer as práticas jornalísticas para um compromisso público mais intenso. Desse modo, é nesse momento que surgem novos formatos de investigações jornalísticas e

³ Mícarla de Sousa (PV) foi eleita prefeita de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, em 2008. Em 2011 uma série de protestos, mobilizados através de redes sociais na Internet, foi realizada nas ruas da cidade pedindo seu afastamento devido a denúncias de irregularidades na gestão, assim como pela rejeição popular. Os protestos culminaram com a ocupação da Câmara Municipal da cidade por onze dias em junho de 2011.

⁴ A Revolta do Busão foi um movimento de rua, também articulado por meio de redes sociais de Internet, ocorrido em Natal em agosto e setembro de 2012 provocado pelo aumento concedido pela prefeitura da cidade no valor das passagens do transporte público coletivo.



jornalismo investigativo, particularmente os que vêm sendo chamados de jornalismo sem fins lucrativos. Trata-se, basicamente, do uso de ferramentas digitais, financiamentos alternativos em busca de independência, em prol da prática de um jornalismo investigativo mais autônomo e comprometido com o interesse público. Esse aspecto abordaremos adiante neste artigo. Antes, no entanto, discutiremos questões históricas a fim de elaborar o surgimento desta prática a partir da própria história do jornalismo.

Publicismo

Lage (2011) data os primeiros jornais do ano de 1609, editados em centros de comércio e ligados à burguesia. Segundo ele, “os primeiros jornalistas incumbiam-se de difundir as ideias burguesas” (LAGE, 2011, p. 10). Com o tempo, percebendo a eficiência política do uso dos jornais pela burguesia, a própria aristocracia também passou a adotar o modelo: o jornal como tribuna para a disputa política de ideias. Nesses dias, havia um elemento que deixava o jornalismo ainda mais restrito: a quantidade de pessoas alfabetizadas suficientemente para ler as publicações era, ainda, muito reduzida.

Sobre o papel do jornalista nesse processo, Lage (2011, p. 10) enfatiza que por “muitas décadas, o jornalista foi essencialmente um publicista, de quem se esperavam orientações e interpretação política”. O jornal era produzido para que se veiculasse o artigo de fundo, geralmente de cunho editorial, que era o que realmente importava na relação com quaisquer outros informes, inclusive os formatos mais incipientes de notícias e informações.

Nessa época, surgem as primeiras preocupações governamentais com os conteúdos dos jornais. Desse modo, preocupados com o impacto desse proto-jornalismo, os governos agiram para censurá-lo:

Na França, por exemplo, onde o poder central era muito forte, o controle sobre as publicações foi mais severo. De acordo com a pesquisadora brasileira Hérís Arnt, os franceses conseguiram censurar até jornais holandeses que circulavam em francês. Só o governo podia autorizar as gazetas e, sobre elas, deveria ter total domínio. Tanto que o primeiro direito de publicação foi dado em 1611 ao *Mercure Français* (PENA, 2012, p. 35).



A realeza inglesa optou, por sua vez, em forjar conteúdos nos impressos em seu favor e de seus aliados, em vez de simplesmente censurar os produtos jornalísticos.

Segundo Lage (2011, p. 10-11), a “pretensão de orientar e interpretar estava sem dúvida ligada ao estilo, que era parecido com o dos discursos e proclamações. (...) a linguagem dominante ficava entre a fala parlamentar, análise erudita e o sermão religioso”.

Evidente que a ideia do publicismo ainda está presente no jornalismo atual - seja, por exemplo, no formato de artigos e editoriais, seja em novos modos de fazer jornalismo, como na Internet. Como explica Nascimento (2009, p. 109), os

blogs dedicados ao jornalismo, por exemplo, incluindo aqueles de jornalistas vinculados a grandes empresas de comunicação, proliferam na rede e se tornam espaços inovadores de informação, espaços subjetivos e interativos, como é próprio dessa mídia. Em muitos casos, vislumbramos crônicas, textos opinativos, textos em primeira pessoa, perguntas diretas. Deixam de ser ‘jornalismo’ por causa disso? É claro que não.

Historicamente, há uma relação entre o aspecto publicista do jornalismo e a participação política dos jornalistas: figuras importantes de eventos históricos, como a Revolução de Cromwell, na Inglaterra do século XVII, e a Revolução Francesa, no fim do século XVIII, eram publicistas, assim como Lenin, que utilizava jornais para escrever artigos ditando as diretrizes da Revolução Russa de 1917.

No Brasil, destaca ainda Lage (2011, p. 11), um exemplo de a influência política originada de formas de publicismo é a história de Carlos Lacerda que, a partir da Tribuna da Imprensa, alcançou “posições políticas importantes, chegando a governador da Guanabara, o antigo Distrito Federal, que depois se juntaria ao Estado do Rio de Janeiro”. Os lacerdistas compravam o jornal para ler o artigo de Lacerda.

Por outro lado, é também comum que pessoas com algum poder ou que se estabelecem em alguma esfera de influência costumem sustentar essa visão publicista da prática jornalística - e por isso desejem ingressar no campo, investindo em veículos, sejam impressos, online, rádio ou televisão. Por causa dessa concepção, “políticos, economistas e dirigentes sindicais lutam para impor aos órgãos que controlam o palavrório empolado de seus discursos”(LAGE, 2011, p. 11)

Nesse sentido, analisando a influência da mídia na eleição de Fernando Collor à presidência da República em 1989, Sodré (2002) faz emergir a pergunta se as pessoas



votam em alguém por que a televisão “manda”. Ele mesmo responde, afirmando que ninguém vota em um político porque a tevê manda, mas sim porque faz uma escolha a partir de um cenário criado pela mídia a partir de notícias convenientemente editadas, espetáculos, novelas, histórias. Para Sodré (2002, p. 28) trata-se, na verdade, de “uma ‘agenda’ sub-reptícia do que deve ser o político ou do que deve fazer o eleitor para tornar-se compatível com a modernidade apregoada pela economia de mercado, que por sua vez sustenta a televisão”. Desse modo, as pessoas votam “porque o outro simplesmente existe num espaço valorizado (a mídia), o que o torna legitimado pelo regime de visibilidade pública hegemônico” (SODRÉ, 2002, p. 28).

Devido a isso, os políticos costumam avaliar o jornalismo a partir de um critério que é independente da qualidade da informação: o jornalismo é bom se as notícias são favoráveis à sua pessoa e projetos e mau caso ocorra o contrário.

Sensacionalismo, educação e literatura

O Século XIX vê a ampliação do público-leitor devido às demandas da Revolução Industrial, incluindo aí o fim do modo de produção feudal e a crescente urbanização especialmente da Europa. Por isso, diz Lage (2011, p. 12-13), a “organização do trabalho e a expansão do comércio exigiam grande número de administradores, capatazes e técnicos, necessariamente alfabetizados”.

A mudança no nível de alfabetização da sociedade, assim como os impactos da industrialização dos parques gráficos, fizeram as tiragens dos jornais se multiplicarem. Na verdade, é no século XIX que a Revolução Industrial faz nascer uma indústria gráfica, cujo exemplo maior era o linotipo.

Esse novo público, mais pragmático, conduziu a uma mudança no formato do jornalismo, especialmente dos textos, uma vez que “para entusiasmar-se por uma ideia, não lhe basta que pareça verdadeira: é preciso que seja exequível”(LAGE, 2011, p. 13). É nesse contexto pragmático que surge a reportagem e o papel do repórter, que trazem consigo a aproximação da linguagem coloquial, a importância dos títulos, dos furos jornalísticos, além de técnicas de redação ainda utilizadas até hoje, como é o caso do lead e da pirâmide invertida.



Enquanto a função do repórter se definia e se tornava importante passava a ser mais vezes acionado para a cobertura de crimes, agitações de rua, guerras e debates nos parlamentos. Esse novo papel dos repórter expunha as contradições entre os relatos jornalísticos e os valores que elites e anunciantes sustentavam. Segundo Lage (2011, p. 16), já “não se podia, como antes, tratar os protestos populares como caso de polícia, desviar fundos públicos ou massacrar povos coloniais, mantendo tudo em segredo”. Algumas vezes, a história oficial já era desmentida antes mesmo de ser escrita.

É esse contexto que transforma o repórter em testemunha o que, ainda segundo Lage (2011, p. 21), se firmou estabelecido na forma de “jornalismo-testemunho” no século XX, momento em que as pessoas passaram a se entender como necessitadas de informações - ou seja, no modelo do jornalismo estabelecido no século passado, “as pessoas necessitam de informações que estão nos veículos de comunicação ou podem ser inferidas a partir do que eles noticiam” (LAGE, 2011, p. 21).

Outras características do repórter são também apontadas como surgindo a partir desse novo modelo de jornalismo que se estabeleceu a partir do século XX: o repórter passou a ser visto como um tradutor de discursos para o público não especializado, seja aquele de especialistas, cientistas ou políticos. O repórter também é visto como agente, estando nos lugares e ocasiões em que o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Desse modo, segundo Lage (2011, p. 23), tem “uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante”.

No entanto, a imagem pintada de heroísmo que a imagem do repórter passou a inspirar tende a excluir as suas próprias limitações, seja como sujeito que tem uma história de vida, com suas próprias crenças, ideologia e utilizando olhos específicos para a leitura da realidade, seja desprezando o fato de que se submete no ambiente comercial do jornalismo a trabalhar em veículos com suas próprias linhas editoriais, sua cultura e ideologia organizacional, seus interesses, que condicionam e limitam a sua manifestação no discurso jornalístico.

Exemplo pode ser apontado em um caso concreto ocorrido no ano de 2012. Em abril de 2012, no contexto das investigações levadas a cabo pelo Ministério Público do



Rio Grande do Norte na chamada Operação Sinal Fechado⁵, o empresário Alcides Barbosa prestou depoimento em que acusou o senador da república José Agripino Maia, do Democratas, de haver recebido propina no valor de R\$ 1 milhão (um milhão de reais) da organização criminosa investigada.

O assunto foi destaque no site da revista Carta Capital em 9 de maio de 2012⁶ e da edição impressa seguinte da publicação, no entanto não foi destaque em vários jornais diários do próprio local do evento, a cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Notadamente, o diário Novo Jornal, de propriedade do jornalista e publicitário Cassiano Arruda Câmara, não citou o caso em nenhuma de suas edições. O motivo era simples e prosaico: Cassiano tinha envolvimento pessoal com os negócios legais que escondiam as práticas criminosas que foram descortinadas na investigação do Ministério Público⁷.

A partir daí surgem modelos alternativos de prática jornalística, mais notadamente do jornalismo investigativo, uma vez que se vê a necessidade de que se preservem as investigações jornalísticas que não se condicionem a quaisquer limitadores ideológicos ou políticos como o modelo convencional estabelece. Fortalece-se, desse modo, a importância de se reforçar as formas alternativas de financiamento do que se tem chamado de jornalismo sem fins lucrativos, mas que detém diversas características distintas mas complementares a serem descritas - de forma ainda incipiente - adiante neste artigo. Antes, porém, faz-se necessário aportar aqui a discussão sobre jornalismo investigativo e suas práticas.

⁵ A Operação Sinal Fechado foi deflagrada em novembro de 2011 e investigou uma série de fraudes contratuais, principalmente no Departamento Estadual de Trânsito do RN. Entre os acusados, dois ex-governadores do estado - Wilma de Faria e Iberê Ferreira de Sousa -, ambos do Partido Socialista Brasileiro. O esquema acontecia disfarçado em um Consórcio (o Inspar) contratado para realizar inspeção veicular ambiental obrigatória.

⁶ Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/testemunha-acusa-agripino-maia-de-receber-propina/>, acessado em 26 de março de 2012

⁷ O Novo Jornal havia vendido espaço de “matérias pagas” para o Consórcio Inspar e a agência de publicidade pertencente ao filho de Cassiano Arruda (Art&C) tinha o Inspar como cliente (cf. “Operação Sinal Fechado: Cassiano Arruda atuou como lobista?”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-cassiano-arruda.html>, acessado em 26 de março de 2013; “Operação Sinal Fechado: Cassiano Arruda apoiava Inspar e sabia do milhão de José Agripino, diz Alcides”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/operacao-sinal-fechado-cassiano-arruda.html>, acessado em 26 de março de 2013; “Operação Sinal Fechado: Com exclusividade, conversei com Cassiano Arruda”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-com.html>, acessado em 26 de março de 2013; “Operação Sinal Fechado: Os hiatos do Novo Jornal”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-os-hiatis-do.html>, acessado em 26 de março de 2013; “Operação Sinal Fechado: Novo Jornal apoiava inspeção desde 2010”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-novo-jornal.html>, acessado em 26 de março de 2013; “Operação Sinal Fechado: Cassiano responde a questionamentos do blog”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/operacao-sinal-fechado-cassiano.html>, acessado em 26 de março de 2013



Jornalismo investigativo

Inegavelmente, o grande marco da história do jornalismo investigativo foi o Watergate⁸. O Watergate se tornou paradigma do jornalismo investigativo porque, segundo Lima (2011, p. 171), reuniu uma série de condições típicas desse fenômeno, tais quais, ter sido uma investigação autônoma, com interesse público incontestado, a existência de uma fonte em *off* e uma dose de crítica e ceticismo em relação às versões oficiais, além do forte respaldo institucional do jornal e a paciência de conduzir a investigação por mais de dois anos.

Jornalismo investigativo pode ser entendido “como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido”(LAGE, 2011, p. 139).

No entanto não se deve confundir o seu papel. Como diz Sequeira (2005, p. 61), foi criada “no imaginário dos cidadãos, uma ideia equivocada do jornalismo investigativo: a de que ele ocupa espaços que o estado omisso deixa vazios, quer por incompetência, quer por irresponsabilidade, quer por má-fé”. A complementaridade do papel do jornalismo investigativo no ambiente democrático não implica em substituição ou sobreposição com as estruturas organizacionais do estado - mas, pelo contrário, em controle e exposição do que deve ser trazido à luz pública.

É como explica Sequeira (2005, p. 62) ao afirmar que o jornalismo investigativo se diferencia do jornalismo interpretativo “pelo processo de trabalho do profissional, pelas estratégias que ele utiliza na fase de apuração”. Seu papel e objetivo principal é tornar público o que se tenta esconder da sociedade. Para isso, a sua caracterização associa-se às reportagens em que o jornalista assume posição similar a de um detetive para tentar descobrir a informação que alguém não quer que se divulgue. Não à toa, um dos personagens frequentemente referido na literatura da área é Sherlock Holmes.

⁸Em 17 de Junho de 1972, um grupo de cinco invasores foram presos na sede nacional do Partido Democrata, no hotel Watergate em Washington. Os cinco fotografam documentos e instalavam aparelhos de escuta no local. A persistência do The Washington Post em acompanhar o caso através dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein contribuiu para que o esquema de espionagem de adversários políticos do Partido Republicano, além de financiamento ilegal de campanha, fosse desvendado. Acusado de mentir ao Congresso, o presidente Richard Nixon renunciou em 09 de agosto de 1974 para não ser cassado. Durante a investigação oficial foram apreendidas fitas gravadas que demonstravam que o presidente tinha conhecimento das operações ilegais contra a oposição.



Tal modelo nasceu no início do século XX. Em 1906, o presidente norte-americano Theodore Roosevelt comparou, em discurso, o trabalho de jornalistas (investigativos) com um personagem de “O peregrino”, de John Bunyan, chamando-os de muckrakers, aqueles que mexem com a lama, algo que pode ser entendido como “cavadores de informações”⁹.

No início do século XX, o jornalismo investigativo “além de atacar a corrupção e outras mazelas de autoridades, também se dedicava a relevar crimes econômicos e injustiças sociais”(NASCIMENTO, 2010, p. 35). O autor assume a classificação proposta por Kovach & Rosenstiel (2003, p. 176-177, *apud* NASCIMENTO, 2010, p. 18): reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações.

Com a atual crise do impresso, novos modos de organizar o jornalismo investigativo têm sido pensados, como o modelo de jornalismo sem fins lucrativos.

Nesse ambiente sem fins lucrativos as práticas colaborativas também são importantes. Lima (2011, p.181) reafirma esta importância, centralizando por fim, o processo colaborativo, novas formas de financiamento e a interação com as novas mídias sociais, ainda que tenha certeza de que a ruptura dos modelos de negócio, produção e distribuição do jornalismo continuará.

Os representantes da chamada grande imprensa vão, por sua vez, dizer que, por ter autonomia financeira, esses veículos noticiosos não se submetem a interesses comerciais ou pressões políticas. Para Otávio Frias Filho, entrevistado por Sequeira (2005, p. 102), jornalismo investigativo tem como fundamento essencial a autonomia econômico-financeira. E poderíamos complementar: quando a notícia não fere seus interesses.

Mas não é isso que podemos perceber na prática. Podemos citar como exemplo eventos que se deram no caso que ficou conhecido, no estado do Rio Grande do Norte, como #Caixa2doDEMnoRN.

⁹ Recentemente, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, repetiu Theodore Roosevelt, mandando jornalista do Estado de São Paulo e chafurdar no lixo.

Em 21 de maio de 2012, o blog De olho no discurso¹⁰ passou a publicar uma série de arquivos em áudio, obtidos por meio de interceptação telefônica autorizada pela justiça em 2006 que comprovariam uma série de crimes eleitorais cometidos na campanha ao senado federal do Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas. O esquema teria favorecido a eleição de Rosalba Ciarlini, atualmente governadora do estado do Rio Grande do Norte, ao senado. Seu marido, Carlos Augusto Rosado, é um dos personagens mais flagrado nos telefonemas interceptados.

A pauta passou a interessar outros veículos, como o jornal O Globo. Segundo relato publicado no blog, o repórter Chico de Gois, da sucursal do jornal em Brasília, procurou investigar o tema até que houvesse uma interferência política que impediu sua publicação - o deputado federal Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, teria interferido. É o que diz LEMOS (2013a):

No início da noite do dia 25 de maio, quando estava em Salvador para o Encontro Nacional de Blogueiros, recebi uma ligação desde Brasília. Era o jornalista Chico Gois, da sucursal do jornal O Globo na capital federal.

Chico estava interessado no conteúdo dos áudios que denunciavam o Caixa 2 da campanha do PFL em 2006. Conversamos alguns minutos, ele estava interessado na matéria mas viajaria para cobrir uma pauta sobre Cachoeira no fim de semana. A matéria sobre o Caixa 2, caso saísse, sairia na semana seguinte.

Suspeitei que a pauta viesse a ser derrubada por ingerência política. E foi justamente isso que aconteceu.

Sabedor do interesse de O Globo no assunto, Carlos Augusto Rosado pediu ajuda ao deputado federal Henrique Eduardo Alves, seu aliado e líder do PMDB na Câmara Federal.

Foi Henrique que interferiu junto ao Globo para que a pauta, que já estava pronta para ser publicada, fosse derrubada a fim de proteger seus aliados no governo do Rio Grande do Norte.

O evento citado demonstra que a ideia exposta por Otávio Frias Filho não é garantia de nenhuma independência profissional dos veículos. Ao contrário, parece na verdade um discurso legitimador da ideologia jornalística inserida na chamada grande imprensa ao propor que apenas esses jornais, revistas, sites e canais de televisão são capazes de uma produção de notícias - e investigação de denúncias - adequada.

Concordamos que a autonomia financeira e o respaldo institucional são fundamentais para a realização de atividades jornalísticas de investigação - mas isso nem é garantia de independência nem significa que o campo seja aberto adequadamente

¹⁰ Disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/gravacoes-comprovam-uso-de-caixa-2-na.html>, acessado em 28 de março de 2013.



apenas para os grandes veículos de imprensa tradicionais. Ainda mais em se considerando a atual crise do jornalismo que gera redução de publicações e empregos em todo mundo e a conseqüente falta de investimentos na investigação jornalística. É nesse contexto que emerge o que tem sido chamado de jornalismo sem fins lucrativos - do que são exemplos blogs jornalísticos independentes, como o próprio De olho no discurso.

Blogs e jornalismo sem fins lucrativos

O pesquisador Rosental Alves, em entrevista ao jornalista Claudio Tognolli (TOGNOLLI, 2011, p. 65), um dos principais jornalistas investigativos do país, afirma que esse novo formato de jornalismo sem fins lucrativos, manifesto na Internet através dos blogs, se constitui um dos fenômenos mais importantes do jornalismo norte-americano hoje em dia. Mas, aparentemente, esse não se trata de um fenômeno importante apenas no contexto norte-americano, uma vez que cada vez mais surgem blogs relevante no ecossistema informativo do Brasil¹¹.

Alves diz ainda que enquanto “o jornalismo tal como o conhecemos está morrendo, novas formas de jornalismo estão sendo construídas. (...) O leitor quer editar, não quer apenas ser editado por alguém” (TOGNOLLI, 2011, p.68).

A partir disso, é possível vislumbrar a emergência de uma mídia colaborativa, uma simbiose entre jornalismo e blogosfera, que significa, por um lado, os blogs pautando a mídia estruturada, e, por outro, a blogosfera também se alimentando do jornalismo, especialmente o online.

Isso contrasta com a postura que, muitas vezes, é adotada pelos jornalistas da chamada mídia convencional sobre blogs e similares. Pena (2012, p. 177) lembra que os “medalhões” do jornalismo nos Estados Unidos chamam os blogs de “jornalismo de pijamas”. Ainda assim, complementa, não se pode pôr em dúvida seu poder de questionar a chamada grande mídia, como é exemplo o conhecido Rathergate - ocasião em que blogueiros norte-americanos provaram que o programa televisivo “60 minutes”, da rede CBS de tevê, apresentado por Dan Rather, utilizara documentos falsificados

¹¹ Blogs como o do jornalista Ricardo Noblat (<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>), por exemplo, é um dos mais importantes e acessados sites noticiosos no Brasil.



para afirmar que o então presidente George W. Bush havia sido irregularmente dispensado da Guerra do Vietnam.

De igual modo, diz Nascimento (2009, p. 109), os “blogs dedicados ao jornalismo, por exemplo, incluindo aqueles de jornalistas vinculados a grandes empresas de comunicação, proliferam na rede e se tornam espaços inovadores de informação, espaços subjetivos e interativos, como é próprio dessa mídia”. E a autora justifica que não é por causa dessas características próprias da Internet que tais blogs deixam de ser jornalismo. “A informação”, afirma Nascimento (2009, p. 109), “só tem a ganhar com tamanha multiplicidade e, em numerosos exemplos, com melhor qualidade de texto, com relatos mais criativos e ‘assumidos’, desde que, obviamente, mantenha-se a ética, o cuidado na apuração e na divulgação do que quer que seja”.

Com ela, concorda o próprio Rosental Alves:

Os blogs e todos esses sistemas novos podem parecer frágeis, pouco confiáveis e pouco sérios. Mas eles são uma demonstração da criatividade e inovação que está acontecendo fora do âmbito do jornalismo tradicional. Ao completar sua primeira década, o jornalismo on-line entra numa etapa de seus desenvolvimento em que é vital acompanhar de perto e estudar o significado dessas iniciativas que estão surgindo na medida em que a Revolução Digital avança e rompe os paradigmas tradicionais da comunicação. Se quisermos manter vivo o jornalismo independente e profissional, que é tão importante para a democracia, precisamos adaptá-lo ao novo ambiente midiático que está em formação” (apud PRADO, 2011, p. 167).

Considerações finais

Em que pesem os avanços representados pelo chamado jornalismo sem fins lucrativos, os riscos para o jornalismo investigativo continuam os mesmos - e vão além dos riscos à vida dos repórteres que, aquém do mito, não são super-heróis. A multiplicação das denúncias em off, o jornalismo declaratório e a dependência de fontes oficiais são alguns desses riscos sempre presentes na prática jornalística.

É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais.

Cumprirá seu papel ao fortalecer o contexto democrático e garantir, ao cidadão, a punição de cada personagem ou enredo desvendado. Em virtude das dependências cada vez mais explícitas entre jornalismo convencional e o poder econômico privado ou poder político, esse papel caberá cada vez mais aos veículos de informação que



organizem novas maneiras de financiamento e independência. O chamado jornalismo sem fins lucrativos, como vimos, parece ser capaz de realizar a tarefa.

Referências bibliográficas

COELHO, M. das G. P. & LEMOS, D. D. “Relatos locais de atores-telas: reflexividade cognitiva e estética para pensar os rearranjos da política do século 21”. **Internet: viagens no espaço e no tempo**. No prelo

DANTAS, Daniel. **As relações intersubjetivas virtuais nos blogs e as práticas de letramento digital**. Dissertação de mestrado. Natal, RN: UFRN, 2006.

FLORESTA, C. & BRASLAUKAS, L. **Técnicas de reportagem e entrevista: roteiro para uma boa apuração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. “Testemunha acusa Agripino Maia de receber propina”. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/testemunha-acusa-agripino-maia-de-receber-propina/>, acessado em 26 de março de 2013.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEMOS, D. D. #Caixa2doDEMnoRN: Interferência de deputado derrubou pauta de O Globo”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/06/caixa2dodemnorn-interferencia-federal.html>, acessado em 28 de março de 2013a.

_____. “Gravações comprovam uso de Caixa 2 na campanha de Rosalba em 2006”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/gravacoes-comprovam-uso-de-caixa-2-na.html>, acessado em 28 de março de 2013b.

_____. “Operação Sinal Fechado: Cassiano Arruda apoiava Inspar e sabia do milhão de José Agripino, diz Alcides”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/operacao-sinal-fechado-cassiano-arruda.html>, acessado em 26 de março de 2013c.

_____. “Operação Sinal Fechado: Cassiano Arruda atuou como lobista?”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-cassiano-arruda.html>, acessado em 26 de março de 2013d.

_____. “Operação Sinal Fechado: Cassiano responde a questionamentos do blog”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2012/05/operacao-sinal-fechado-cassiano.html>, acessado em 26 de março de 2013e.

_____. “Operação Sinal Fechado: Com exclusividade, conversei com Cassiano Arruda”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-com.html>, acessado em 26 de março de 2013f.

_____. “Operação Sinal Fechado: Novo Jornal apoiava inspeção desde 2010”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-novo-jornal.html>, acessado em 26 de março de 2013g.

_____. “Operação Sinal Fechado: Os hiatos do Novo Jornal”, disponível em <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2011/12/operacao-sinal-fechado-os-hiotos-do.html>, acessado em 26 de março de 2013h.



LIMA, S. “Posfácio: insuficiências teóricas e desafios” *in* CHRISTOFOLETTI, R. & KARAM, F. J. **Jornalismo investigativo e pesquisa científica: fronteiras**. Florianópolis: Insular, 2011.

MOURA, S. “Jornalismo investigativo e teoria semiótica”. *in* PAIVA, C. C. de; BARRETO, E. B.; BARRETO, V. S. **Mídias & culturalidades: análise de produtos, fazeres e interações**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

NASCIMENTO, P. C. do. **Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, M. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo: O fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, M.. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

TOGNOLLI, C. J. “Rosental e o novo modelo midiático” *in* CHRISTOFOLETTI, R. & KARAM, F. J. **Jornalismo investigativo e pesquisa científica: fronteiras**. Florianópolis: Insular, 2011.